

## DOS FEITOS DE HÉRCULES AOS FEITOS LUSITANOS. CEUTA E O ESTREITO NO MUNDO ANTIGO E MEDIEVAL

Vasco Gil Mantas

O renome do Estreito de Gibraltar, que os contemporâneos da Antiguidade Clássica denominavam poeticamente como Colunas de Hércules (Ἡράκλειοι Στήλαι - *Columnae Herculis*), ou mais prosaicamente através da versão romana Estreito de Cádiz (*Fretum Gaditanum*), sublinhando assim o indiscutível predomínio deste centro portuário na região, foi enriquecido pela presença da cidade de Ceuta na sua margem africana. Ceuta é considerada como memória do prelúdio da moderna expansão europeia, de que se mantém como um dos últimos redutos, o que lhe atribui singular valor simbólico, naturalmente aberto às interpretações de quem vê a história com diferentes, ou opostas, perspectivas. Trata-se, portanto, de uma área votada desde muito cedo ao jogo dos imaginários mitológicos, históricos e políticos, não poucas vezes imbricados uns nos outros. Se a todos estes factores, já de si propícios a complexos desenvolvimentos, adicionarmos os aspectos estratégicos, sempre presentes nas preocupações de quem controlou esta estreita passagem entre mares e continentes, apreenderemos imediatamente a complexidade das situações que aqui se foram vivendo ao longo dos séculos, em grande parte relacionadas com a cidade de Ceuta (Fig.1).



Fig.1 – Vista geral do território e da cidade de Ceuta, com o Jebel Musa ao fundo.

Procuraremos apenas analisar as grandes linhas das relações de Ceuta com o Estreito de Gibraltar numa perspectiva de *longue durée*, justificável, como veremos, apesar da aceleração da história contemporânea, cada vez mais assente na precariedade, dificultar

a procura de continuidades. O caso de Ceuta, aqui centrado nas relações da cidade com o Estreito e nas suas funções como interface entre a África e a Europa, permite identificar aspectos comuns a todas as épocas históricas incluídas no cenário temporal que elegemos e que se estende do período pré-romano até à conquista portuguesa da cidade, pretexto para comemorações que devem ser entendidas exactamente como tal, honrando o passado sem ignorar as realidades do presente.

Não esqueçamos que Ceuta faz parte, como Gibraltar, de uma região não isenta de problemas e de particular relevância estratégica<sup>1</sup>, sublinhada desde logo pelos 85 000 navios que atravessam o Estreito anualmente, situando-o entre os principais choke points do mundo, cujo controlo e praticabilidade são essenciais na paz ou na guerra<sup>2</sup>. Perante uma situação de crescentes ameaças na área mediterrânica, cada vez menos difusas após o falhanço das quimeras da *Primavera Árabe*, não se limitando já ao arrastado fenómeno da imigração ilegal da África para a Europa, agora ofuscado por outras tragédias que ninguém soube ou quis evitar, enclaves como Gibraltar e Ceuta voltam a ganhar a importância que a ilusão de um mundo pacificado lhes retirara, na aparência. Se o determinismo geográfico como teoria explicativa de certos fenómenos históricos se encontra hoje um tanto em desuso, não deixa de se verificar a constância de funções desenvolvidas ao longo dos séculos, como no caso das cidades do Estreito, salvaguardando, mais uma vez, a primeira das condições enumeradas por Mahan no que se refere ao exercício do poder naval, a posição geográfica<sup>3</sup>.

Tentaremos traçar um quadro sintético do que foi a história de Ceuta desde os tempos em que a mitologia escolheu a zona para nela situar alguns dos feitos do herói Hércules, que em Cádiz teve um dos seus principais santuários, excelente exemplo da prática da *interpretatio* religiosa nas culturas da Antiguidade mediterrânica, que aqui encontraram as portas de um mundo novo. Ceuta, ou pelo menos a zona onde se situa a cidade, teve lugar importante neste cenário de fronteira do desconhecido<sup>4</sup>, como veremos, fronteira que sempre se presta a fantasias mirabolantes, onde os homens vão substituindo os deuses e os heróis à custa dos seus próprios trabalhos, sem que estes, de uma ou outra forma, desapareçam nos fumos do tempo.

Para além de todas as mudanças que a história impôs, ou talvez melhor, de que ela é feita, mesmo quando hegemonias mais ou muito menos duradouras impuseram unidade às duas margens do Estreito, com isso favorecendo ou desfavorecendo a posição de Ceuta, o sentimento de que a cidade estava no limiar de alguma coisa que se situava fora afirma-se através da análise da cartografia medieval, como no célebre planisfério de

---

<sup>1</sup> S. Truver, “The Strait of Gibraltar and the Mediterranean”, *International Straits of the World*, 4, Alexandria (VA), 1980; V. G. Mantas, “O Estreito de Gibraltar e o seu valor simbólico e estratégico”, in C. G. Silva (coord.), *A Conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras*, Torres Vedras, 2015, pp. 11-35.

<sup>2</sup> L. Alexander / J. Morgan, “Choke points of the world ocean: a geographic and military assessment”, *Ocean Yearbook*, 7, 1988, pp. 76-84.

<sup>3</sup> A. T. Mahan, *The Influence of Sea Power upon History. 1660-1783*, Nova Iorque, 1987, pp. 29-35.

<sup>4</sup> J.M. Roddaz, “Aux marges de l’Oikoumène: la quête des confins à la fin de la République et au début de l’Empire”, in F. Prados / I. García / G. Bernard (eds.), *Confines: El Extremo del Mundo Durante la Antigüedad*, Alicante, 2012, pp. 95-108.

al-Idrisi<sup>5</sup>, geógrafo provavelmente nascido em Ceuta cerca de 1100, o qual coloca Ceuta não apenas nos limites do mundo mediterrânico, mas sim na fronteira de um grande desconhecido (Fig.2), pontuado de ilhas vagamente situadas, quando não absolutamente fantasistas, muitas das quais tiveram lugar destacado na literatura medieval muçulmana e cristã<sup>6</sup>.



Fig.2 – Cópia de 1454 do planisfério de al-Idrisi (*Bodleian Library*, Oxford).

Este aspecto cartográfico, valorizado pelo facto de Gibraltar ainda não existir quando o mapa foi elaborado, pois a fundação da outra chave do Estreito remonta apenas a 1166, provável ano de falecimento de al-Idrisi, impunha uma leitura que projectava a situação da cidade como posto avançado do mundo habitado. Tratava-se de uma circunstância um pouco bizarra, só compreensível considerando o fraco conhecimento do Atlântico para sul de Safim, que al-Idrisi considerava ter sido em tempos o último porto africano do Ocidente islâmico<sup>7</sup>, pois o grande comércio caravaneyro com o interior, até à curva do Níger, era então uma realidade pujante, que não deixa de transparecer na obra do geógrafo. Ambos os aspectos devem ser considerados por altura da análise das motivações portuguesas em relação a Ceuta. Com efeito, nem lá devemos ter aprendido muita coisa de navegação atlântica, assim como a conquista da cidade, se inspirada por razões comerciais, se revelou uma ilusão.

<sup>5</sup> S. Maqbul Ahmad, “Cartography of Sharif al-Idrisi”, in J. B. Harley / D. Woodward (eds.), *The History of Cartography*, 2 (1), Chicago, 1992, pp. 154-174; Paul Lunde, “The Indian Ocean and the Global Trade”, *Saudi Aramco World*, 56 (4), 2005, p. 17.

<sup>6</sup> Al-Idrisi, *Description de l’Afrique et de Espagne par Edrisi* (trad. R. Dozy / M. J. de Goeje), Leida, 1866, p. 197; Ch. Picard, “Récits merveilleux et réalité d’une navigation en Océan Atlantique chez les auteurs musulmans”, *Actes des Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public*, 25 (1), Paris, 1995, pp. 75-88; A. Augusto Nascimento, *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa, 2002.

<sup>7</sup> Al-Idrisi, p. 225.

Não é possível interpretar a história da cidade a não ser no contexto do Estreito de Gibraltar. Em termos pragmáticos este acidente geográfico pode definir-se como um simples local de travessia regular, não só entre o Mediterrâneo e o Atlântico, naturalmente, como entre a África e a Europa, em ambos os casos nos dois sentidos, ainda que na Antiguidade o primeiro aspecto tenha sido considerado dominante, por razões culturais e políticas, o que não sucedeu a partir do alvorecer da Idade Média, quando o segundo eixo ganha um valor acrescentado, num ou noutro sentido. A importância estratégica desenvolve-se gradualmente a partir do momento em que se instala o efeito de fronteira tal como há muito foi definido por Henri Pirenne<sup>8</sup>, numa tese que relaciona o fim da Antiguidade com um acontecimento em que o Estreito surge no centro da acção, a invasão árabe-berbere da Península Ibérica em 711. Que o Estreito de Gibraltar não se limita a um *choke point* marítimo, pois facilita desde sempre a passagem entre dois continentes, com forte carga de confrontação associada, é evidenciado pela simples observação de uma qualquer imagem de satélite (Fig.3). Seja como for, mais do que um simples fosso este pequeno espaço aquático constitui uma autêntica fronteira moral, talvez mais verdadeira que o *Limes*, como defendia Andres Alföldi a propósito de Romanos e Bárbaros, ao longo do Reno e do Danúbio<sup>9</sup>. Ceuta teve e tem um lugar nesta complicada dinâmica histórica



Fig.3 – O Golfo de Cádiz, o Estreito de Gibraltar e o Mar de Alborão (STS-59 / NASA).

A problemática que envolve a cidade não deixa de suscitar algumas questões de certa complexidade, sobretudo se tivermos em conta que a História, como outras ciências humanas, é fortemente marcada por pressões de ordem cultural e política, enfrentadas com

<sup>8</sup> H. Pirenne, *Mohammed and Charlemagne*, Londres, 1939, pp. 147-185; *As cidades da Idade Média*, Lisboa, 1973, pp. 9-25; A. C. Hess, *The Forgotten Frontier: A History of the Sixteenth-century Ibero-African Frontier*, Chicago-Londres, 2010.

<sup>9</sup> Andreas Alföldy, “The Moral Frontier on Rhine and Danube”, *Limes Kongress*, Durham, 1952, pp. 1-16.

maior ou menor êxito por parte dos investigadores. É evidente que uma atitude imparcial permite contornar este tipo de dificuldades, o que, reconhecamos, nem sempre é fácil. A ausência de colegas marroquinos neste Simpósio é um sintoma destas dificuldades, parte das quais evitámos escolhendo um período muito lato e que termina com a conquista portuguesa de Ceuta. Mas este facto histórico tem para a historiografia portuguesa um relevante valor simbólico, difícil de evitar e que o facto de a cidade ter escolhido a soberania espanhola, reconhecida por Portugal em 1668, não atenua, porque há mais alguma coisa para além disso. Quer isto dizer que as duas grandes cidades do Estreito, Gibraltar e Ceuta, não podem escapar a recorrentes interpretações e visões nacionalistas envolvendo vários protagonistas. Pensar o contrário seria irrealista e pouco sensato.

Como é sabido, as mais antigas interpretações em torno das características do Estreito como área de passagem entre espaços naturais e culturais diferentes, limiar do que Pierre Lévêque nomeou como o *Extremo Occidente*<sup>10</sup>, reproduzem conceitos etnocêntricos muito claros, interpretando o mundo de dentro para fora, a partir do Mediterrâneo. Mas esta circunstância não deixa de ser ambígua, pois este finisterra, para além dos relatos mais ou menos tenebrosos, palco de fabulosas façanhas, não deixa de ser considerada, qual Oeste americano *avant la lettre*, uma terra de grandes oportunidades, uma fronteira aberta aos aventureiros e empreendedores. Por esta razão, e sem falsos preconceitos pós-modernistas, devemos reconhecer que as diferenças culturais então existentes entre o mundo mediterrânico e o mundo atlântico determinaram que assim fosse, pelo que pouco ou nada conhecemos da visão contrária, a daqueles considerados bárbaros. Para estes, talvez as maravilhas estivessem para lá do Estreito, naquele mar que um dia seria chamado Mediterrâneo.

Toda a região que se abre a poente de Ceuta foi desde muito cedo palco de narrativas mitológicas, envolvendo deuses e heróis, em grande parte reflectindo a memória das primeiras navegações na área, fenícias, púnicas, gregas e etruscas, menos seguras neste último caso<sup>11</sup>. Trata-se de um fenómeno normal, transferido do Mediterrâneo para o Atlântico, mas com uma diferença significativa, pois enquanto o aquele foi perdendo os mistérios sob o impacte das navegações e das colonizações de uns e de outros, as margens atlânticas, apesar de funcionarem como grande faixa de circulação, sobretudo na época romana<sup>12</sup>, permaneceram como limiar de um espaço intransponível, no qual não era difícil imaginar elementos de temor e fantasia. Foram os navegantes e comerciantes fenícios e cartagineses que introduziram na área a oeste do estreito de Gibraltar elementos culturais de que resultou um ambiente orientalizante influenciador das culturas locais, o que é claramente visível no litoral português<sup>13</sup>. Desta forma surgiu uma espécie de mercado comum, cujo centro foi indiscutivelmente a cidade de *Gadir*, hoje Cádiz, que exerceu

<sup>10</sup> P. Lévêque, *L'aventure grecque*, Paris, 1964, pp. 204-205.

<sup>11</sup> F. Braudel, *La Méditerranée. L'espace et l'histoire*, Paris, 1985, pp. 104-123; *Diodoro Sículo*, 5, p. 20.

<sup>12</sup> V. G. Mantas, "Os romanos e a navegação nos mares exteriores", *Memórias da Academia de Marinha*, 43, 2013, pp. 341-347.

<sup>13</sup> A. Margarida Arruda, "Orientalismo e Orientalizante. Génese e aplicação dos conceitos na Idade do Ferro do Centro / Sul de Portugal", *Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, 1992, pp. 33-48.

a sua influência sobre múltiplos estabelecimentos europeus e africanos, constituindo o chamado *Círculo do Estreito*<sup>14</sup>.

Embora pouco tenha sobrevivido do que Fenícios e Cartagineses imaginaram sobre a mitologia do Estreito e do Atlântico, não deixa de ser interessante verificar que algumas das dificuldades que a literatura medieval aponta para a navegação oceânica são idênticas às que Avieno refere na *Ora Maritima*, obra do século IV redigida sobre material muito mais antigo, em parte proveniente de fontes púnicas e gregas<sup>15</sup>. Que esta área extrema do mundo conhecido tinha para estes povos um valor simbólico especial, independentemente dos interesses materiais que determinaram a sua actividade, confirma-o a presença de importantes santuários como o de Cádiz, primeiro dedicado a Baal e depois a Melkart, antes de gregos e romanos o terem identificado com Hércules<sup>16</sup>, grande viajante mítico no cenário ocidental (Fig.4). Não menos relevante era o santuário, tipicamente fenício-púnico, do Cabo de S. Vicente, *locus celeberrimus* do mundo antigo como pretendido limite do mundo habitado pelos homens, o *Promontorium Sacrum* das civilizações clássicas, junto à Ponta de Sagres, a que a visão romântica da saga portuguesa tão grande notoriedade atribuiu.



Fig.4 – Brasão da cidade de Cádiz, com o mítico fundador Hércules entre as colunas.

<sup>14</sup> B. Cunliffe, *Facing the Ocean. The Atlantic and its peoples*. Oxford, 2001, pp. 265-275; A. Arruda, “Importações ‘púnicas’ no Algarve: cronologia e significado”, in A. Tavares / M. J. Ferro / J. L. Cardoso (orgs.), *Os Púnicos no Extremo Ocidente*, Lisboa, 2001, pp. 69-98.

<sup>15</sup> Avieno, *Orla Marítima* (trad. J. R. Ferreira), Coimbra, 1992, pp. 9-13.

<sup>16</sup> A. García y Bellido, “Hercules Gaditanus”, *Archivo Español de Arqueología*, 36, 1963, pp. 70-153; A. Rodríguez Ferrer, “El templo de Hercules-Melkart. Un modelo de explotación económica y prestigio político”, *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua*, 2, Santiago de Compostela, 1988, pp. 101-110.

É a mitologia e a literatura clássica, greco-romana, que estabelece o *corpus* de tradições relacionadas com o Estreito e as suas áreas vizinhas, incluindo Ceuta, fazendo participar como figura central Hércules, para além de outros não menos famosos, como Ulisses. As narrativas greco-romanas, largamente repetidas, modificadas e ampliadas na Idade Média com elementos hebraico-islâmicos, atribuíam a Hércules a abertura do Estreito e a colocação de dois pilares, um em cada margem, as célebres Colunas de Hércules. Há consenso em considerar, na margem europeia, o Rochedo de Gibraltar como representando o mítico *Mons Calpe*, o que não acontece quanto à identificação do pilar africano, o *Mons Abyla*, que alguns situam no Monte Hacho, na extremidade da Península de Almina, em Ceuta, enquanto outros o identificam com o *Jebel Musa*, na Serra Anyera, cuja denominação arábica tanto pode referir-se a Moisés como a Musa Ibn Nusair, governador omíada de Ceuta e comandante de Tarik Ibn Ziyad, cujo nome sobrevive em Gibraltar, outrora *Jebel Tarik*. cremos ser fortemente simbólica a mudança sofrida pelos orónimos clássicos dos Pilares, tornando-os representativos de uma nova ordem cultural e política, não europeia.

Vejam rapidamente alguns apontamentos sobre os cenários fantásticos em torno do Estreito e de Ceuta, cidade cuja entrada se faz tarde nas fontes escritas. Parte das narrativas que aqui se situam, ou foram situadas, corresponde às aventuras de Hércules, no âmbito dos seus célebres trabalhos, dois dos quais, o roubo dos bois de Gerião, ser monstruoso cujos domínios se localizavam na zona do Estreito, e o roubo dos pomos de ouro das ninfas Hespérides, filhas do gigante Atlas, as quais viviam no Jardim das Hespérides, algures no Extremo Ocidente, eventualmente junto ao Monte Atlas, no actual território marroquino, antes que a liberdade poética o fosse trasladando para novas paragens ignotas, como fez Camões, situando-o em Cabo Verde<sup>17</sup>. O mesmo poeta situa o túmulo do gigante Anteu, morto por Hércules, no Monte Musa, onde foram identificados restos arqueológicos eventualmente relacionados com um lugar de culto<sup>18</sup>. Segundo o mito, foi para encurtar caminho para ocidente que Hércules abriu o Estreito<sup>19</sup>, marcando os seus limites com os dois Pilares, *Calpe* e *Abyla* (Fig.5). Outro famoso herói do mundo clássico e da literatura de todas as épocas, Ulisses, teria vivido vários anos com a ninfa Calipso, mãe de Atlas, numa ilha junto ao Monte Musa, ilha que, de acordo com as laboriosas e imaginativas pesquisas de Victor Bérard, seria a de Perejil, perto da baía de Benzú<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> M. H. Rocha Pereira, “O jardim das Hespérides”, *Estudos Sobre a Grécia Antiga*, Coimbra, 2014, pp. 25-35; Camões, *Os Lusíadas*, 5.8.

<sup>18</sup> Camões, *Elegias*, 2.

<sup>19</sup> C. Posac Mon, “Panorama mitológico de Ceuta”, *Cuadernos del Archivo Municipal*, 1, 1988, pp. 23-24.

<sup>20</sup> V. Bérard, *Calypso et la mer de l'Atlantide. Les navigations d'Ulysse*, 3, Paris, 1929, pp. 243-250.



Fig.5 – A divisa de Carlos V e as Colunas de Hércules na Câmara de Sevilha.  
(foto Ignacio Gavira)

Devemos sublinhar que a atmosfera de fantasia que envolve as origens de Ceuta não é exclusiva desta região, embora tenha prevalecido até muito tarde por razões especiais, em que o factor oceânico pesou bastante. Um fenómeno natural que ocorre com frequência durante o Estio, ocultando o cume do Monte Musa, mergulhado em nuvens, é referido de forma semelhante na *Ora Maritima* de Avieno a propósito do *Mons Zephyrus*, que talvez se possa identificar com a algarvia Serra de Monchique<sup>21</sup>, comprovando reacções idênticas condicionadas pelo sentimento religioso da Antiguidade, quando vividas num ambiente pouco conhecido ou no limiar de regiões obscuras, onde os *mirabilia* não só eram considerados possíveis como aceites com credulidade, fenómeno vulgar na zona do *Círculo do Estreito*, como se depreende de vários relatos do naturalista, magistrado e almirante, Plínio-o-Velho<sup>22</sup>.

As narrativas fantásticas da Antiguidade continuaram na Idade-Média, agora com uma diferença significativa, pois referem-se directamente a Ceuta, procurando traçar-lhe uma história “verídica”, afastando-se gradualmente das vagas localizações atribuídas anteriormente às deambulações de heróis como Hércules, tão vagas elas eram para além do Estreito que a historiografia ibérica da Idade Moderna está repleta de cidades invocando a sua fundação por figuras como Hércules ou Ulisses, ou pelo menos, a sua passagem por aqui e por ali, em parte devido às fontes de origem islâmica, circunstância que o português Gaspar Barreiros não se coibiu de criticar, na linha do que autores antigos,

<sup>21</sup> Avieno, *Or.Mar.*, pp. 225-241.

<sup>22</sup> Plínio-o-Velho, *N.H.* 9, pp. 9-10; 6, pp. 203-205.

como Luciano, já tinham feito em relação às fantasias que se contavam do Atlântico<sup>23</sup>. Em Cádiz, por exemplo, eruditos modernos não hesitaram em atribuir a Hércules duas estruturas turriformes, talvez balizas para a navegação, por vezes relacionadas com os pilares<sup>24</sup>, uma das quais sobreviveu até ao século XVIII.

Convém recordar que os textos do período islâmico utilizam com frequência referências a vestígios antigos, cuja atribuição nem sempre é fácil de determinar, para justificar ou apoiar as suas afirmações. Assim, a abertura do Estreito de Gibraltar é atribuída por Ibn-Hauqal não a Hércules, como insistem al-Bakri e al-Himiari, mas a Alexandre Magno, apoiando a sua afirmação naquilo que considerou vestígios dos trabalhos do macedónico perto de Tarifa: *Destas obras, a que foi construída sobre a costa andaluza é ainda perfeitamente visível nos dias em que o mar está claro, perto do lugar chamado aç-Çafiba. Estende-se em linha recta e ar-Rabi fê-la medir. Nós vimo-la com os nossos olhos e navegámos, ao longo do Estreito, ao lado desta construção que os habitantes das duas ilhas chamam al-Kantara*<sup>25</sup>.

Esta atitude de admiração e fantasia apoiada em restos visíveis é característica das fontes islâmicas, apesar de tudo riquíssimas em informações sobre monumentos da Antiguidade, muitos dos quais, como o Farol e o Templo de Hércules em Cádiz<sup>26</sup>, há muito desapareceram. Tudo se torna mais complicado quando intervêm as falsas etimologias, normalmente motivadas pela pretensa ligação a uma figura bíblica conhecida, como é o caso de Ceuta nas fontes islâmicas e hebraicas, que parece terem sido particularmente influentes neste caso. Naturalmente que o princípio é muito simples, baseando-se numa semelhança, não poucas vezes forçada. Por isso mesmo, o exemplo de *Olisipo* é muito ilustrativo desta prática, uma vez que se pretendeu relacionar o topónimo com Ulisses, incorrendo num duplo erro, pois o nome do herói grego é Odisseus e, como é evidente, só nas fontes poéticas antigas por aqui deambulou<sup>27</sup>.

Vejam os então o que se passou em Ceuta. Parece confirmada a derivação do topónimo a partir do numeral *Septem*, elemento do topónimo latino *Septem Fratres* (Sete Irmãos), que traduz o grego *Hepta Adelphoi*, com toda a probabilidade referência às elevações existentes nas cercanias de Ceuta<sup>28</sup>, circunstância muito vulgar na toponímia antiga. Como também é normal, o segundo elemento do topónimo caiu, restando *Septem*, que

<sup>23</sup> Gaspar Barreiros, *Chorographia de alguns lugares*, Coimbra, 1561, pp. 21-22; Luciano, *Uma história verídica* (trad. C. Magueijo), Lisboa, 1976, pp. 18-19.

<sup>24</sup> J. Antonio de Estrada, *Población general de España*, Madrid, 1768, pp. 363-364.

<sup>25</sup> Ibn Hauqal, *Configuration de la Terre: Kitab surat al-Ard* (trad. J. Kramers / G. Wiet), I, Beirute-Paris, 1964, pp. 198-199.

<sup>26</sup> A. T. Fear, "The tower of Cadiz", *Faventia*, 122-123, 1990-1991, pp. 199-211; Ordoñez Agulla, "El faro de Gades y las fuentes medievales", *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, Coimbra, 1993, pp. 247-277.

<sup>27</sup> V. G. Mantas, "Ulisses e Penélope na Lusitânia", in F. Oliveira (coord.), *Ulisses e Penélope*, Coimbra, 2003, pp. 145-166.

<sup>28</sup> Isidoro, *Etym.* 15.1.73; J. Closa Farrés, "Leyendas y tradiciones históricas en las fuentes clásicas de Ceuta", *Cuadernos del Archivo Municipal*, 1, 1988, pp. 39-46; E. Lipiński, *Itineraria Phoenicia*, Lovaina, 2004, pp. 422-425.

surge nas fontes bizantinas do século VI como *Septum* ou *Septon*<sup>29</sup>, enquanto um pouco depois o *Anónimo de Ravena*, recorrendo a documentação em grande parte atribuível ao Baixo-Império, designa o Estreito de Gibraltar como *Fretum Septem*<sup>30</sup>, sugerindo o desenvolvimento de Ceuta, inclusive do ponto de vista militar, e conseqüente declínio da designação clássica do Estreito, concorrendo com outra designação usual, *Fretum Gaditanum*.

Vários autores do período islâmico, alguns dos quais natos em Ceuta ou tendo vivido na cidade, não hesitaram em atribuir a fundação da cidade a um neto de Noé, um tal *Sebt*, nome que transcreve a forma *Sept*, considerando a ausência da letra P no alfabeto árabe. Um destes autores, al-Ansari, não hesitou, no século XV, em afirmar que o túmulo do neto do patriarca se achava nas faldas do Monte Hacho, onde poderão ter existido ruínas antigas, suporte desta afirmação, como era usual na época. Na verdade, esta figura bíblica nem sequer está bem identificada, pois encontramos apenas um *Set* como filho de Adão, o que, digamos em abono da verdade, nada adianta em relação à fundação autêntica de Ceuta. Estas tradições transmitidas literariamente encontram eco posterior, como aconteceu com Gomes Eanes de Zurara<sup>31</sup>, que retoma as versões islâmicas, atribuindo a fundação a um tal *Seu*, a partir de escritos de Abu-l-Abbas es-Sebti. Fontes judaicas medievais também contribuíram, e na verdade poderão ter sido estas a transmitir a lenda aos autores islâmicos<sup>32</sup>, para a difusão da tradição, elegendo eventualmente como fundador *Sem*, filho de Noé e aludindo também a figuras bíblicas como *Havilah* e *Sabtha*. Creio não valer a pena continuar a enumerar este rol de fantasias, sem esquecer que as lendas com frequência reflectem factos reais, ainda que diferentes. Passemos pois a fontes mais seguras, escritas e arqueológicas.

Quanto às primeiras, as referências a Ceuta como núcleo urbano surgem tardiamente, o que não permite duvidar da existência de uma povoação que, apesar de não ser originariamente de grande importância, se inseria no conjunto de povoados marítimos secundários pertencentes ao *Círculo do Estreito* na sua fase fenício-púnica. Portanto, é possível fazer remontar a presença de um povoado em Ceuta logo no período fenício, talvez a relacionar com o estabelecimento em *Gadir*, ainda que as fontes escritas antigas sejam omissas sobre isso. Todavia, o achado no mar em torno de Ceuta de numerosas âncoras em pedra e de ânforas púnicas sugeriam essa presença<sup>33</sup>, com a ressalva que as âncoras em pedra são de datação quase sempre ambígua. Mais recentemente, em 2004, na *Plaza de África*, situada na zona antiga da cidade junto à Catedral, foi escavado um *habitat* fenício, datado pelos materiais arqueológicos, em especial cerâmicos<sup>34</sup>, dos sécu-

<sup>29</sup> Procópio, *De Aed.* 6.7.14; *De Bell.*, 5.6.

<sup>30</sup> Anónimo de Ravena: 305.43.

<sup>31</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de El-Rei D. João I*, 1, Lisboa, 1899, p. 21.

<sup>32</sup> A. Baeza Herrazti, "La fundación de Ceuta y la fábula de Noé", *Cuadernos del Archivo Municipal*, 1, 1988, pp. 11-16.

<sup>33</sup> J. Bravo Pérez, "Fondearon los fenicios sus naves en las costas de Ceuta?", *Cuadernos del Archivo Municipal*, 1, 1988, pp. 5-9; J. Ramón, "Las ánforas fenicio-púnicas de Ceuta", in D. Bernal Casasola (ed.), *Juan Bravo Pérez y la Arqueología Subacuática en Ceuta. Un Homenaje a la Perseverancia*, Ceuta, 2004, pp. 95-106.

<sup>34</sup> F. Villada / J. Ramón / J. Suárez, "Nuevos datos en torno a los inicios del povoamento de la ciudad de Ceuta: avance preliminar de la excavación de la Plaza de la Catedral", *Akros*, 6, 2007, pp. 125-134.

los VII-VI a.C. Devemos sublinhar que a natureza aparentemente insular do sítio (Fig.6), com praias facilmente abordáveis, corresponde aos locais preferidos pelos estabelecimentos fenício-púnicos, aqui um pequeno porto de abrigo com relações comerciais à distância, de nome por ora desconhecido.



Fig.6 – Condição insular de Ceuta no *Atlas* de Pedro Teixeira (Österreichische Nationalbibliothek, Viena).

Bastante mais tarde surgem referências geográficas mais claras, ainda que nenhuma delas possa, com segurança, atribuir-se ao núcleo populacional existente em Ceuta, referências que se encontram sobretudo em autores como Estrabão, Pompónio Mela, Plínio-o-Velho e Ptolomeu<sup>35</sup>, aos quais devemos acrescentar o Itinerário de Antonino. Por outro lado, não é fácil, a partir das indicações transmitidas por estas fontes, localizar com precisão quer *Septem Fratres*, quer *Abyla*, tanto mais que, por exemplo, em relação a este orónimo os códices de Ptolomeu nos brindam com seis variantes. De qualquer

<sup>35</sup> Ptolomeu, 4.1.

maneira, trata-se sempre de descrever acidentes geográficos e não uma povoação, a situar em Ceuta, entre *Septem Fratres* e *Abyla*, pontos que poderemos identificar com *Jebel Musa*, na Serra de Anyera, e com o Monte Hacho.

Estrabão alude à presença de elefantes e de denso arvoredo junto ao troço mais curto do Estreito<sup>36</sup>, o que parece apontar para o Monte Musa, elefantes que também são referidos por Plínio-o-Velho: [...] *ipsa provincia ab oriente montuosa fert elephantos, in Abila quoque monte et quos Septem Fratres a simili altitudine appellant. Freto imminente iuncti Abilae*<sup>37</sup>. Um pouco antes, no principado de Cláudio, o hispânico Pompónio Mela descreve o Estreito atribuindo a mesma interpretação numérica e orográfica ao vocábulo: *Ex his tamen quae commemorare non piget montes sunt alti qui continenter et quasi de industria in ordinem exposit ob numerum Septem, ob similitudinem Fratres nuncupantur*<sup>38</sup>.

De todos estes autores se pode deduzir a pouca importância urbana da povoação então existente em Ceuta, pertencente ao reino mauritano até à anexação concretizada por Cláudio. Pompónio Mela, que conhecia bem a região por ter nascido na actual Algeciras (*Julia Traducta*), não hesita em sublinhar a modéstia das povoações da margem sul do Estreito, com natural distinção para *Tingis* (Tânger), classificando-as globalmente como *parvis oppidis e parvae urbes*, o que nos parece significativo. É lamentável que se tenham perdido os escritos, por vezes utilizados por Plínio-o-Velho, do lusitano Cornélio Boco, os quais certamente conteriam muita informação sobre a região africana do Estreito de Gibraltar, evitando-nos dúvidas e erros, sempre possíveis nestas circunstâncias. Quanto à existência de elefantes, difíceis de admitir na zona de Almina, nada tem de extraordinária, pois fizeram parte normal da fauna norte-africana ainda no período romano, embora já em acentuada decadência<sup>39</sup>.

Tudo considerado, podemos reconhecer a presença de uma povoação em Ceuta pelo menos desde o século VII a.C., sem que seja possível determinar, por enquanto, se existiu algum hiato entre esta e a povoação dos inícios do domínio romano, o que parece ser contrariado pelo achado de materiais púnicos e outros dos séculos IV-II a.C. Antes de passarmos a analisar a Ceuta romana devemos considerar os dados do *Itinerário de Antonino*, também eles não isentos de problemas quanto à localização das duas estações indicadas para a região, no troço entre *Tingis* e *Rusadir* (Melilha), *Ad Septem Fratres* e *Ad Abilem*<sup>40</sup>. Desde logo se levanta o problema, pouco usual neste roteiro viário, de indicar em milhas e não em estádios um percurso que se enuncia como marítimo até *Portus Divinus* (Mers-el-Kébir). O *Itinerário* situa *Ad Septem Fratres* a 60 milhas, ou seja, a 90 quilómetros de Tânger, e *Ad Abilem* a 14 milhas de *Septem Fratres*, correspondentes a 21 quilómetros. Sublinhamos que as coordenadas de Ptolomeu colocam *Tingis* a 93 quilómetros de *Septem Fratres*, muito próximo do valor indicado pelo *Itinerário de Antonino*. Assim, é provável que a indicação contida no *Itinerário* refira apenas a possibilidade de

<sup>36</sup> Estrabão, 17.3.6.

<sup>37</sup> Plínio-o-Velho, *N.H.* 5.18.

<sup>38</sup> Mela, 1, pp. 23-24.

<sup>39</sup> E.-F. Gautier, *Le passé de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs*, Paris, 1952, pp. 39 e 170-187.

<sup>40</sup> *Itinerário de Antonino*, 9, pp.1-4.

se efectuar o percurso entre *Tingis* e *Portus Divinus* também por mar (*a Tingi litoribus navigatur usque ad Portus divinos*), descrevendo depois uma via terrestre de traçado difícil de precisar.

Seguindo de ocidente para oriente as posições estão aparentemente correctas, se localizarmos *Abyla* no Monte Hacho, mas já as distâncias resultam difíceis de explicar, pois são exageradas. Por outro lado, não esqueçamos que estas estações não se situavam exactamente nos locais que serviam, embora não muito distantes, como mostra o uso do acusativo<sup>41</sup>. Um percurso terrestre, por Hakama, coloca Ceuta a 80 quilómetros de Tânger, mas não resolve o problema da localização de *Ad Abilem*, admitindo que esta se situaria no mesmo itinerário. Tratando-se, por hipótese, de uma rota de cabotagem poderíamos considerar um fundeadouro na zona de Alcácer Ceguer, a cerca de 21 quilómetros de Ceuta, e um erro no cômputo da distância entre este ponto e Tânger, como é frequente acontecer com os dados do *Itinerário*, talvez uma troca na ordem dos algarismos. Mas como explicar que não se aportasse directamente em Ceuta, comprovada como está a existência de um activo porto romano na cidade? Outra alternativa será considerar a existência de uma estrada de *Tingis* para sueste, a partir da qual se iniciavam ramais em direcção a *Septem Fratres* e *Abilem*.

Devemos referir que a zona de Ceuta sofreu sempre de um certo isolamento em relação ao território envolvente, o que contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento de uma economia e de um estilo de vida assentes em actividades marítimas. A proximidade do Rife, região montanhosa de muito difícil controlo através dos tempos graças à sua belicosa população<sup>42</sup>, não deixou de se fazer sentir nas relações com o *hinterland*, circunstância que a excelente posição sobre o Estreito compensou amplamente. Podemos aceitar a existência em Ceuta de um enclave portuário romano alto-imperial, tipo *positio* ou *statio*<sup>43</sup>, cujo fundeadouro principal parece ter sido a norte da cidade, apesar de nos meses do Estio o vento dominante ter a direcção NE-SW, originando os chamados ventos de Poente e de Levante. Por outro lado, tudo leva a crer, a partir de uma referência de al-Bakri recorrendo a testemunhos anteriores<sup>44</sup>, que o actual fosso de São Filipe já existisse como canal navegável, permitindo a passagem em segurança para a zona portuária a sul da cidade. De acordo com alguns indícios é possível que a principal área portuária romana estivesse localizada perto da couraça das fortificações medievais, a norte do núcleo urbano, facilmente identificável junto ao castelo na célebre gravura de George Bráunio (Fig.7).

<sup>41</sup> J. M. Roldán Hervás, *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas de la Península Ibérica*, Madrid, 1975, pp. 31-33.

<sup>42</sup> C. Vismara, “Le Rif orientale côtier dans les pages de voyageurs, explorateurs, historiens, archéologues, géographes: de Jean-Léon l'Africain à nos jours”, *Antiquités Africaines*, 50, 2014, pp. 141-142.

<sup>43</sup> V. G. Mantas, “Portos marítimos romanos”, *Memórias da Academia de Marinha*, 30, 2000, pp. 24-29.

<sup>44</sup> Al-Bakri, *Déscription de l'Afrique Septentrionale* (trad. M. G. de Slane), Paris, 1859, p. 234.



Fig.7 – A cidade de Ceuta na gravura de George Bráunio (*Civitates Orbis Terrarum*, 1572).

Podemos deduzir que nos primeiros tempos do principado de Augusto a importância do porto seria ainda relativa, pois sabemos por Estrabão que as ligações marítimas entre as duas margens do Estreito se efectuavam preferencialmente entre *Tingis* e *Baelo* (Bolonia), não muito distante de Tarifa<sup>45</sup>, circunstância que reflecte diferenças de estatuto em relação a *Septem Fratres*, confirmadas indirectamente pela elevação a colónia e a município daquelas duas cidades pelo imperador Cláudio, no quadro da anexação do reino mauritano, o que não sucedeu com esta. Naturalmente, a indicação de Estrabão não contraria os contactos a partir de Ceuta, mas sugere uma condição secundária, em parte dependente de centros económicos situados na margem setentrional, como os testemunhos arqueológicos parecem comprovar em relação a este período histórico<sup>46</sup>.

Também não sabemos exactamente, e a parca epigrafia romana de Ceuta não ajuda a resolver a questão, em que momento a aglomeração passou a ser denominada pelo topónimo simplificado *Septem*, tanto mais que as fontes disponíveis mantêm até tarde a designação de tipo geográfico *Septem Fratres*. A título de apontamento lembramos que na representação do Estreito de Gibraltar no *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz figura um conjunto de sete elevações a ocidente da cidade, separado por um vale, talvez o do uádi

<sup>45</sup> Estrabão, 3.1.8.

<sup>46</sup> D. Bernal Casasola, “Septem Fratres, ciudad portuária y comercial entre Juba II y Justiniano”, *Arqueología en las Columnas de Hércules*, Ceuta, 2013, pp. 15-16.

El Marsa, de outro grupo de elevações ao longo da costa<sup>47</sup>. Ficaria por aqui o *Ad Septem Fratres* do *Itinerário de Antonino*, considerando o actual hidrónimo árabe (El Marsa), que alude a um porto, provavelmente o de Marsa Musa?

Quanto ao problema do estatuto romano da cidade, e dado que a epigrafia ceutense do período romano é quase inexistente, pouco se pode adiantar. Como dissemos, na fase de promoções claudianas no *Círculo do Estreito*, parece nada ter acontecido, sugerindo que Ceuta fosse então uma aglomeração secundária, o que não implica obrigatoriamente mediocridade económica. Como noutras situações bem conhecidas, poderíamos considerar a hipótese se tratar de uma *civitas* não integrada na hierarquia urbana romana, controlando um *territorium* bem definido e ocupado, o que não parece ter acontecido<sup>48</sup>. Assim, julgamos melhor considerar a primeira destas situações, provavelmente alterada em fase posterior, como sugere, ainda que o testemunho aconselhe prudência na sua interpretação, um fragmento de inscrição onde se pode ler apenas ORDO, possível referência à *Ordo Decurionum*, o corpo de magistrados de uma cidade de estatuto romano<sup>49</sup>.

Neste caso, todavia, tanto mais que a paleografia não ajuda, parece-nos difícil que o referido fragmento date do século II, preferindo atribuí-lo ao século III, quando muitas cidades peregrinas foram dotadas do direito latino, isto se quisermos manter a proposta favorável a uma referência administrativa. É muito possível que, durante a dinastia dos Severos, a cidade tenha ascendido a uma posição administrativa superior, aproveitando as consequências previsíveis da *Constitutio Antoniniana* de 212, promoção que nos parece difícil antes desse período histórico<sup>50</sup>. Durante o Baixo-Império o termo *civitas* foi utilizado de forma generalizada para designar centros populacionais com funções administrativas, económicas ou militares relevantes, como terá acontecido com *Septem*, perdendo-se gradualmente os preciosismos jurídico-administrativos característicos do Alto Império. Não queremos deixar, porém de contribuir com uma proposta diferente. Tratando-se, como parece, de uma inscrição honorífica, podemos interpretar o que restou da epígrafe como referência a um notável de cognome *Cordus*, usado entre outros hispano-romanos por *Q. Iulius Cordus*, senador de Évora, na Lusitânia<sup>51</sup>, o qual poderia ter estendido a sua acção à região do Estreito, devido a interesses económicos, o que possibilitaria para o monumento de Ceuta uma datação de inícios do século II.

O que parece certo, e aqui os trabalhos arqueológicos comprovam-no de forma clara, é que a cidade se desenvolveu no istmo, entre os dois fossos, crescendo significativamente a partir do século III, quando se verificam grandes transformações na estrutura

<sup>47</sup> Felipe Pereda / Fernando Marías (eds.), *El Atlas del Rey Planeta. La "Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos" de Pedro Texera (1634)*, Hondarribia, 2002, pp. 344-346, pp. 357-358, ffs.58-60.

<sup>48</sup> Bernal Casasola, 2013, pp. 23-25.

<sup>49</sup> J. M. Pérez / J. Hoyo / D. Bernal, "Epígrafe inédito hallado en Ceuta. Acerca del estatuto jurídico-administrativo de Septem Fratres", *Latomus*, 58, 1999, pp. 839-849.

<sup>50</sup> C. Posac Mon, "Aproximación a la historia de Ceuta", *I Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*, Madrid, 1988, p. 10.

<sup>51</sup> R. Étienne, "Sénateurs originaires de la province de la Lusitanie", *Tituli*, 5, 1982, pp. 525-526; M. de Cerio Erasun, "Los senadores originarios de Lusitania (1982-2012)", *Espacio, Tiempo y Forma, Serie 2, Historia Antigua*, 25, 2012, pp. 332-334.

económica do Estreito, em parte motivadas pelas lutas civis que levaram Septímio Severo ao poder e por incursões bárbaras, umas e outras implicando o fim do chamado *Círculo do Estreito*, substituído por uma estrutura comercial mais aberta, fora do predomínio de *Gades*, cidade em plena decadência no século IV. Não se conservaram vestígios monumentais de *Septem*, devido às reconstruções que se verificaram ao longo de séculos de permanente ocupação. Seja como for, a cidade atravessa, no período tardo-romano, uma fase de acrescida prosperidade, eventualmente reforçada pela ligação administrativa à Hispânia a partir do governo de Diocleciano, quando parte da Mauritânia Tingitana foi evacuada militarmente<sup>52</sup>, valorizando também desta forma o valor militar do Estreito e das cidades que o rodeavam, desde logo *Septem* (Fig.8).

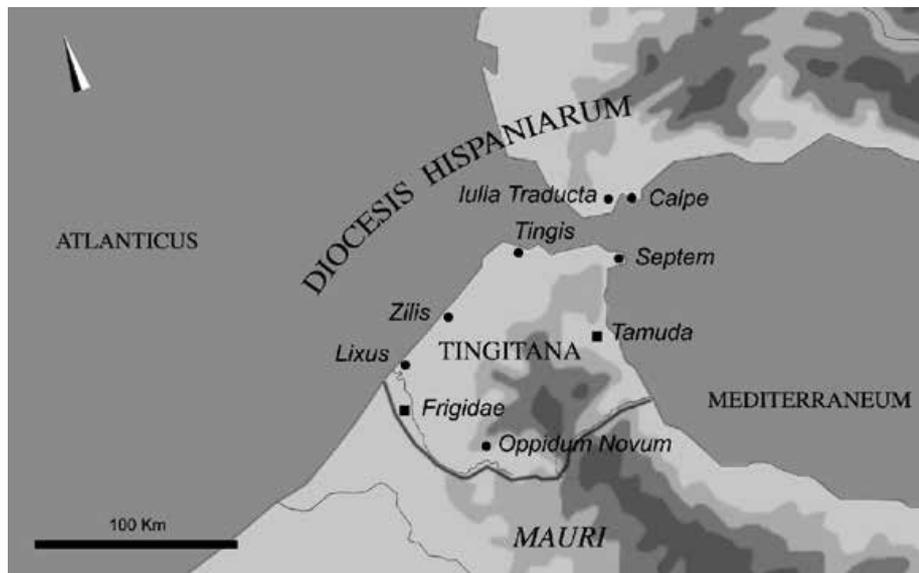


Fig.8 – O território da *Mauritania Gaditana* após a reforma provincial de Diocleciano.

As actividades comerciais, baseadas na produção de preparados piscícolas, sem esquecer outras, como o fabrico da púrpura, permanecem florescentes no período, com demonstram os grandes complexos de tipo industrial escavados na cidade, em especial o da Calle Queipo de Llano, junto ao qual se escavou uma basílica funerária, datável do século IV ou V, provavelmente sob a invocação de algum mártir, como em tantos outros casos<sup>53</sup>. Nesta basílica, encontram-se sepulturas tipo *mensa*, identificadas em Portugal nas ruínas de Tróia, sublinhando as semelhanças económicas e culturais entre o sítio lusitano e *Septem*. A localização das necrópoles identificadas sugere para a cidade uma superfície entre 12 e 20 hectares, muito razoável para um centro urbano ocidental desta natureza. As alterações verificadas no final do século III devem ter conduzido à fortificação

<sup>52</sup> J. Carcopino, “La fin du Maroc romain”, *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, 57, 1940, pp. 349-387; N. Villaverde Vega, *Tingitania en la Antigüedad Tardía (siglos III-VII)*, Madrid, 2001, pp. 62-63 e 266-268.

<sup>53</sup> Bernal Casasola, 2013, pp. 26-29.

da cidade, defendendo alguns investigadores que subsistem ainda vestígios dessas obras, certamente reforçadas no período do domínio bizantino.

O século V foi complicado pelo desmoronamento do Império do Ocidente, iniciando-se um período de convulsões políticas e militares que conferiram de novo especial valor ao controlo do Estreito de Gibraltar a partir da *Mauritania Gaditana*. Todavia, a invasão deu-se a partir da Europa, ainda que com ajuda do lado africano, quando os Vândalos em 426 passaram o Estreito, iniciando a caminhada militar que os levou até Cartago, que tomam em 439. Apesar de várias tentativas romanas para retomar os territórios africanos, a maior parte da Mauritània fica numa situação de independência *de facto*, sob o mando de chefes berberes, os quais assumem um lugar cada vez mais activo nos acontecimentos regionais. O controlo da Península Ibérica pelos Visigodos, aliados nominais do Império, colocou eventualmente as cidades africanas do Estreito, *Tingis* e *Septem*, sob o seu poder, assim continuando até à intervenção bizantina no século VI. Como é evidente, *Septem* torna-se numa guarda avançada do reino visigótico face à instabilidade do lado africano, mantendo-se simultaneamente como escala do movimento marítimo entre o Mediterrâneo e o Atlântico, que continua a existir embora numa escala muito mais reduzida<sup>54</sup>.

Os Bizantinos assumiram o controlo do Estreito no âmbito da política de *Renovatio Imperii* do imperador Justiniano, que procurava restabelecer as fronteiras ocidentais do antigo Império Romano no Oceano<sup>55</sup>. Não o fizeram simultaneamente nas duas margens, pois se ocupam Ceuta em 533 ou 534, apenas em 550 se instalam na margem norte, na *Spania*, muito teoricamente recuperada para o Império, a ponto de a partir de 624 as reminiscentes possessões bizantinas na Península Ibérica terem sido integradas na *Mauritania Secunda. Pars Hispanica*<sup>56</sup>, cuja capital poderá ter sido *Septem*. A função principal da cidade nessa época, e o desaparecimento dos estabelecimentos produtores de preparados piscícolas nos inícios do século VI aponta no mesmo sentido, é nitidamente de ordem militar, testa-de-ponte em território africano de difícil controlo e guarda do Estreito (Fig.9), para o que contava com uma força naval constituída por drómones<sup>57</sup>. As forças bizantinas assumiram uma posição defensiva a partir de 615, agravada pela perda das últimas possessões peninsulares em 624, situação que se manteve até meados do século VII, quando o presídio passa ao domínio visigótico.

<sup>54</sup> Cunliffe, pp. 477-481; C. Fabião, “O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o Pentanumium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixes da casa do governador da Torre de Belém”, Lisboa, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 4, 2009, pp. 25-50.

<sup>55</sup> M. Vallejo Girvés, “El umbral del Imperio? Dispar fortuna de Hispania y las Columnas de Hércules en la literatura de época justiniana”, *Erytheia. Revista de Estudios Bizantinos y Neogriegos*, 23, 2002, pp. 39-75.

<sup>56</sup> Ch. Diehl, “L'Afrique byzantine”, *Revue d'Études Byzantines*, 1946, 4 (1), pp. 71-134.

<sup>57</sup> D. Bernal Casasola, “Ceuta en la Antigüedad Clásica”, in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, Ceuta, 2009, p. 178; *Código de Justiniano*, 1.27.2.2.

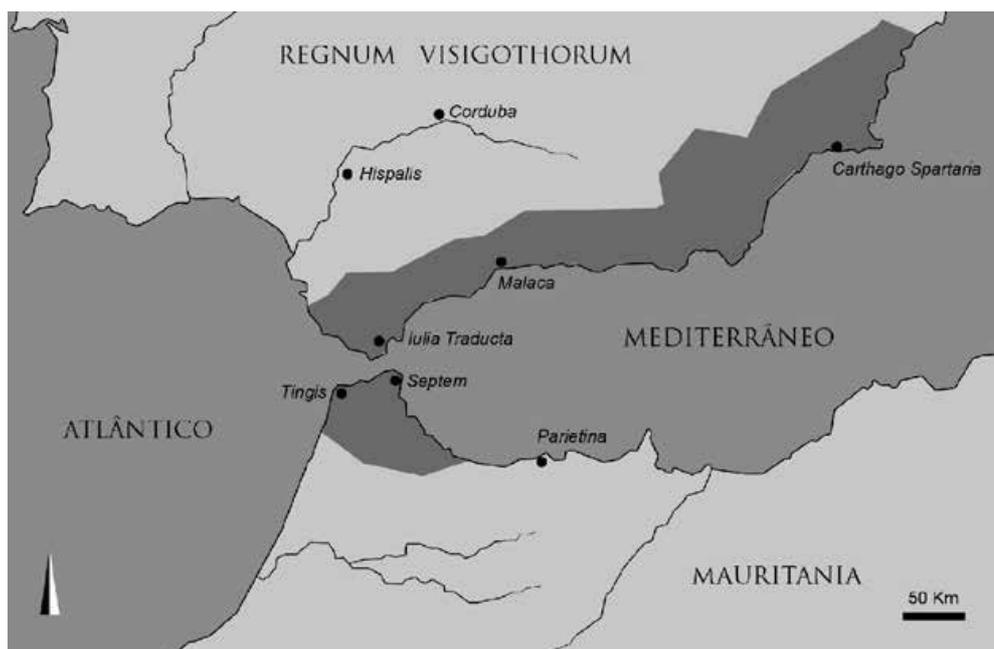


Fig.9 – Ceuta e as possessões bizantinas na área do Estreito de Gibraltar no século VII.

Este último episódio visigótico não é dos mais claros. Se podemos compreender facilmente o interesse dos reis visigodos em manter o controlo do Estreito por razões defensivas e económicas, menos por reflexos ideológicos, a verdade é que a possessão se tornou perigosa no contexto da confusão política instalada na Península Ibérica, onde as sobrevivências romanas são agora mera ilusão. O avanço imparável dos muçulmanos no Norte de África piorou a situação, apesar das frequentes revoltas berberes contra o invasor. Em 682, Uqba Ibn Naf ataca *Tingis* sendo repellido por uma figura ambígua, o Conde Julião (*Ilyan*). Execrado pela historiografia tradicional como o homem que entregou a Península Ibérica aos muçulmanos, a sua identidade real é ainda largamente discutida. Governador bizantino para uns, talvez de origem berbere, visigodo para outros, é possível que se trate apenas de um título atribuído ao governador militar da área do Estreito (*Iulia Traducta - Septem*), que poderia ser um tal Simplicius ou Urbano, este referido numa crónica moçárabe<sup>58</sup>.

O historiador Ibn Khaldun refere muito claramente que Julião era *senhor de Algeciras e de Ceuta*<sup>59</sup>, cabendo-lhe o controlo do Estreito. Seja como for, parece compreensível que o governador de Ceuta, face ao perigo redobrado que se fazia sentir nas cercanias da cidade e perdido por qualquer razão o apoio do lado visigodo, o que não é difícil de entender perante as inconseqüências da política interna visigoda, que teria conduzida a Ceuta muitos refugiados, tenha entrado em acordo com o invasor muçulmano, procu-

<sup>58</sup> E. Gozalbes Cravioto, “El Comes Iulianus (Conde Julián de Ceuta), entre la historia y la literatura”, *Al-Qantir*, 11, 2011, pp. 3-35; L. García Moreno, “Teudemiro de Orihuela y la invasión islámica”, in B. Arizaga Bolumburu et alii (eds.), *Mundos Medievales: Espacios, Sociedades y Poder*, Santander, 2012, pp. 539-540.

<sup>59</sup> Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères* (trad. M. de Slane), 1, Argel, 1852, p. 345.

rando desviar o perigo berbere, acabando mais tarde por auxiliar Musa Ibn Nusair num cenário de guerra civil visigótica na preparação do desembarque na Península Ibérica, levado a cabo por Tarik em 711, a partir de Ceuta e com os resultados que conhecemos, seguramente não desejados por todos os que nele colaboraram<sup>60</sup>. Para os muçulmanos o Estreito será, a partir de agora, o Estreito de Ceuta (*al-Sabti*), circunstância que não eliminará o efeito de fronteira, frequentemente superior ao de elemento de ligação, menos ainda de unidade. A invasão e o seu resultado vitorioso, quase inesperado, alteraram definitivamente a geopolítica do Estreito, criando uma barreira cultural que, mesmo quando episodicamente se renovou a unidade política das duas margens, sempre se fez sentir.

Os dois primeiros séculos posteriores à conquista muçulmana pertencem a um período obscuro, marcando a entrada da cidade no contexto das rivalidades e particularismos que frequentemente causaram arrastados episódios de anarquia e violência. Neles devemos ver o resultado da estrutura política tradicional da sociedade islâmica, das resistências regionalistas e, no caso particular de Ceuta, o impacto do permanente valor estratégico da cidade. Se a tudo isto somarmos a oposição entre populações urbanas e populações rurais<sup>61</sup>, habitual no cenário do *Magrib al-Aqsa*, compreenderemos facilmente as razões da agitada história de *Sabta*, cujos pormenores deixaremos aos especialistas, concentrando-nos apenas nalguns aspectos mais marcantes.

As vicissitudes começaram rapidamente com a grande revolta berbere de 739, encontrando-se as forças califais cercadas na cidade em 741, recusando-se o governador do al-Andalus a socorrê-las até que procedeu à sua evacuação marítima. Os Berberes destruíram a cidade que permaneceu mais ou menos abandonada até cerca de 830, quando foi refundada e recebeu o nome de *Medyekesa*, que pouco tempo subsistiu. A partir desse momento Ceuta é governada pelos Banu Isam, vassalos relutantes dos Idrísidas, fundadores do primeiro Estado marroquino cuja capital foi inicialmente Walili, ou seja, a antiga cidade romana de *Volubilis*<sup>62</sup>. Por esta época desenvolviam-se grandes transformações políticas na Península Ibérica, onde em 756 Abderramão I instituíra um emirato independente em Córdoba, o que terá consequências na vida de Ceuta e, mais uma vez, no valor militar do Estreito.

O emirato cordovês deu lugar, entre 931 e 1009 ao califado de Córdoba, que transformou Ceuta num posto avançado contra os apoiantes magrebinos dos Fatimitas, estabelecendo al-Hakam II uma frota para garantir a segurança do Estreito, demasiadamente frequentado por navios normandos. Ceuta foi dotada de uma nova muralha, de que restam vestígios importantes, edificada a partir de 957 e terminada cerca de 962. À morte do califa sucedeu-lhe o filho, Hisham II, tutelado pelo vizir Abu Amir, o célebre Almançor, que encontrou a situação omíada muito enfraquecida no Magrebe. Nado em

<sup>60</sup> García Moreno, pp. 540-542.

<sup>61</sup> M. Peyrouton, *Histoire générale du Maghreb*, Paris, 1966, pp. 81-90.

<sup>62</sup> Gautier, pp. 299-307; J. Conant, *Staying Roman. Conquest and Identity in Africa and the Mediterranean, 439-700*, Nova Iorque, 2012, pp. 289 e 294; Villaverde Vega, pp. 168-173 e 354-357.

Algeciras, este caudilho conhecia bem o valor do Estreito e das praças que o controlavam e tratou de reforçar a capacidade militar de Ceuta<sup>63</sup>, como grande base de operações construindo, como refere al-Idrisi<sup>64</sup>, uma grande fortaleza no *Jebel al-Mina*, o Monte Hacho actual. Ainda assim, só em 998 foi possível controlar eficazmente a instabilidade existente no território magrebino, muito pouco antes do fim do califado cordovês (Fig.10), com a morte de Almançor em 1002.

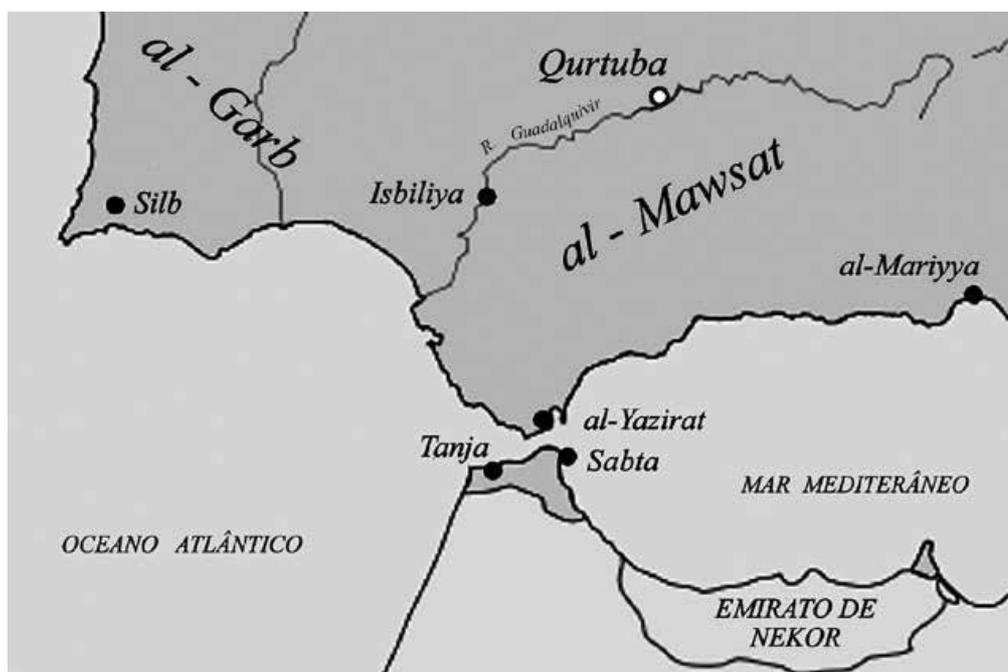


Fig.10 – O Califado de Córdoba e o Estreito de Gibraltar nos finais do século X.

Os Omíadas procuraram garantir o controlo do Estreito não apenas para assegurarem as suas posições africanas como para cerrar o passo às incursões nórdicas, frequentes e perigosas. Com efeito, se os pequenos poderes cristãos peninsulares não exibiam inicialmente veleidades agressivas com algum significado militar no mar, já o mesmo não sucedia com os ataques de iniciativa viquingue ou normanda, sobretudo no século IX, quando se verificaram acções contra cidades como Lisboa, Sevilha, Cádiz e Arzila, a que se sucederam múltiplas incursões contra o litoral cristão, nos dois séculos seguintes<sup>65</sup>. As medidas empreendidas pelos Omíadas para contrariar estas incursões, que se estenderam também pelo Levante hispânico, foram relativamente bem-sucedidas. As águas do Estreito passaram a ser guardadas por uma numerosa frota, enquanto outra esquadra

<sup>63</sup> C. Gozalbes Cravioto, “Las fortificaciones de la Ceuta medieval. Una aproximación a su estructura”, *I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp. 401-408.

<sup>64</sup> Al-Idrisi, p. 200.

<sup>65</sup> J. Riosalido, “Los Vikingos en al-Andalus”, *Al-Andalus Magreb. Estudios Árabes e Islámicos*, 1997, pp. 335-344; Cunliffe, pp. 492 e 513-514.

guardava as costas da Marca Superior<sup>66</sup>. Não faltam achados na Escandinávia comprovando o resultado dos saques obtidos nestes ataques<sup>67</sup>, tornados cada vez mais difíceis pelo dispositivo naval muçulmano, entretanto implantado, que contava também com numerosos postos de vigia e *ribāt* ao longo da costa<sup>68</sup>. A travessia do Estreito tornou-se difícil, o que é sugerido pelo facto da maioria dos principais ataques se situar a ocidente, concentrando-se nos séculos X e XI em objectivos na Galiza.

Não podemos considerar que o Estreito tenha possuído especial valor simbólico durante a maior parte da Idade Média, sobretudo depois da queda do Califado de Córdoba, a não ser talvez para os nórdicos (*al-Urdumāniyyūn*), que viam na colossal estátua de Hércules em Cádiz a indicação de que perto se abria um mar repleto de presas incontáveis, como sucedeu com a aventureira expedição do dinamarquês Hasteinn, que em 863 foi repellido no al-Andalus, atacando depois Tânger e Ceuta, antes de se internar no Mediterrâneo, onde acabaria por saquear Luna, crendo ser Roma. A região do Estreito vai ser afectada pelas vicissitudes históricas que acompanharam o período dos impérios berberes almorávida e almóada e as suas tentativas de unificar o Magrebe<sup>69</sup>, contrariadas pela instabilidade interna e pela luta permanente com os reinos cristãos peninsulares.

A ideia de que o Estreito era um portal a resguardar ressalta na chave ainda hoje presente no brasão de Gibraltar, fortaleza fundada em 1160 pelo sultão almóada Abd al-Mumin para controlar, juntamente com Ceuta, as duas margens do Estreito. A fortaleza de Gibraltar só será definitivamente ocupada pelos castelhanos em 1462, quase meio século depois da tomada de Ceuta pelas forças portuguesas. Não menos significativo é o motivo heráldico presente na bandeira medieval islâmica de Ceuta, provavelmente do século XIII ou XIV, anterior ao último domínio merínida, que se inicia em Ceuta em 1327, figurando duas chaves<sup>70</sup>, clara alusão ao controlo do Estreito (*al-Zuqqaq*). Uma lenda gaditana transmitida pelo ceutense al-Himiari a partir de um texto anterior, talvez de al-Bakri, sugere esta realidade estratégica: *Conta-se que nunca se pôde chegar ao centro do Mar Ocidental até ao dia em que caiu em terra a chave que tinha na mão a personagem representada na estátua. A partir de então foi possível ir por mar até Salé, ao Sus e a outros lugares. Assim se admite vulgarmente no país*<sup>71</sup>. A negação do uso do mar implícita nesta historieta parece evidente, ainda que a eficácia destes pontos de apoio terrestres (Fig.11), antes do desenvolvimento da artilharia pirobalística, dependesse de forças navais estacionadas nos portos ou cruzando nas suas proximidades.

<sup>66</sup> J. Lirola Delgado, *El poder naval de al-Andalus en la época del califado Omeya*, Granada, 1993, pp. 40-45, 110-119 e 257-260; Ch. Picard, *L'Océan Atlantique musulman: de la conquête arabe à l'époque almohade*, Paris, 1997, pp. 7-96.

<sup>67</sup> Holger Arbman, *Os Vikings*, Lisboa, 1967, pp. 93-97.

<sup>68</sup> Lirola Delgado, pp. 347-349.

<sup>69</sup> Peyrouton, pp. 91-106; J. Servier, *Les Berbères*, Paris, 1994, pp. 55-63.

<sup>70</sup> Mantas, 2015, p. 14; C. Gozalbes Cravioto, "La bandera de la Ceuta medieval", in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, Ceuta, 2007, pp. 230-231.

<sup>71</sup> C. Sánchez Albornoz, *La España Musulmana*, 2, Madrid, 1977, p. 264.

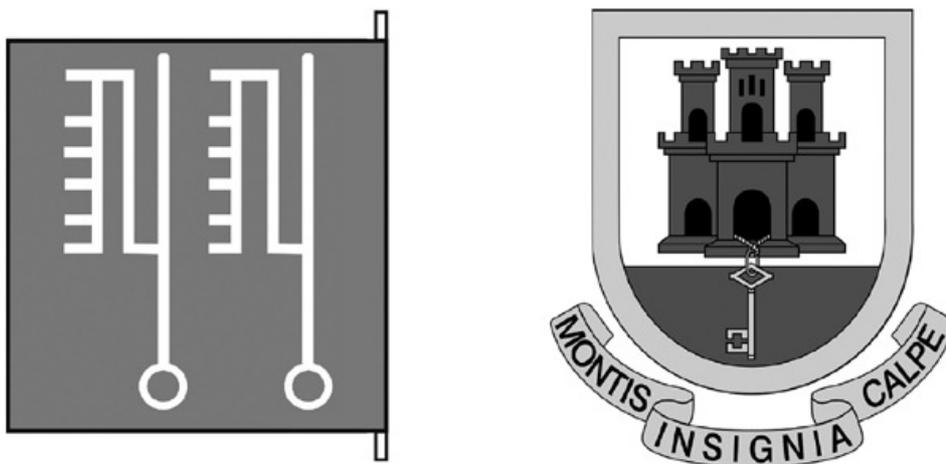


Fig.11 – Brasões de Gibraltar e da Ceuta merínida, com as chaves do Estreito.

A fragmentação do califado deu azo em Ceuta, no cenário dos reinos Taifas que surgiram no al-Andalus, ao domínio dos Hamudies, de Málaga e dos Barwagatas, entre 1009 e 1084, quase sempre em ambiente de permanente instabilidade e belicosidade. Em 1084 os Almorávidas apoderaram-se violentamente da cidade, integrada no grande império que aqueles organizaram a partir de uma confederação de tribos saarianas<sup>72</sup>. O decaimento da situação militar das Taifas peninsulares, agravada pela queda de Toledo em 1085, levou a um pedido de socorro por parte dos governantes andaluzes, aproveitado Yusuf Ibn Tashfin para passar à Península, onde esmagou as forças cristãs em Zalaca, em 1086. Os governantes almorávidas compreenderam a importância de Ceuta, elemento essencial de uma política de intervenção no al-Andalus (Fig.12), reforçando as defesas do porto, que suplantará Almeria como principal porto militar islâmico na zona depois da queda deste em 1147. Entre 1106 e 1142 pelo menos quatro grandes expedições partiram de Ceuta, sofrendo a cidade um forte ataque normando em 1143<sup>73</sup>.

A Reconquista começava a aproximar-se do Estreito quando aos Almorávidas sucedem os Almóadas (1146-1232). Ibn Khaldun refere várias vezes as funções do porto de Ceuta, ao qual ficam subordinados o de Tânger e outros, no controlo do Estreito e como porto de embarque de expedições no al-Andalus muçulmano e cristão<sup>74</sup>. É neste cenário que se insere a primeira referência a actividades navais portuguesas na zona do Estreito, centradas na figura nebulosa de D. Fuas Roupinho, o qual teria atacado Ceuta, acabando por ser vencido pela frota almóada, que contava com esquadrões em Ceuta, Cádiz e Sevilha, numa segunda incursão, em 1180 ou 1181, muito provavelmente na costa algarvia<sup>75</sup>. Foi em Ceuta que embarcou em 1184 para a sua desastrosa campa-

<sup>72</sup> J. Paéz López / I. Cortés Martínez (dirs.), *Mauritania y España. Una historia común. Los Almorávidas unificadores del Magreb y Al-Andalus*, Granada, 2003.

<sup>73</sup> H. Fehrat, *Sabta des origines au XIV<sup>ème</sup> siècle*, Rabat, 1993, pp. 190-191.

<sup>74</sup> F. Villada / J. Hita Ruiz, “Medina Sabta”, in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, 2009, pp. 217-224; Ibn Khaldun, 4, 1856, pp. 63 e 101.

<sup>75</sup> T. Queimado da Silva, “Os feitos de D. Fuas Roupinho na crónica de 1419”, *Revista Portuguesa de História*, 43, 2012, pp. 91-104.

nha portuguesa o emir Abu Yakub Yusuf, mortalmente ferido no cerco de Santarém<sup>76</sup>. Neste contexto de conflito declarado entre Portugueses e Almóadas, Ceuta surge como um objectivo lógico para qualquer expedição que ultrapasse a simples *razzia* costeira. Vítimas das habituais dissensões internas e da pressão crescente dos reinos cristãos e das forças opostas ao centralismo no Magrebe, os Almóadas sucumbem, abrindo-se um novo período de autonomia para Ceuta (1232-1239), protagonizado por representantes dos grandes interesses comerciais marítimos, ocorrendo por essa altura um episódio obscuro no qual parece possível discernir uma intervenção portuguesa, talvez destinada a contrariar o comércio genovês com Ceuta<sup>77</sup>, excelente ponto de partida para uma crescente intromissão nas águas atlânticas.



Fig.12 – A cidade de Ceuta, charneira dos territórios controlados pelos Almorávidas.

<sup>76</sup> J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, 2006, pp. 266-269.

<sup>77</sup> F. Villada / Hita Ruiz, pp. 225-226.

Daqui para diante Ceuta mudará muitas vezes de governante, oscilando entre poderes locais efêmeros, domínios peninsulares, como o de Múrcia e o de Granada, antes de tombar definitivamente sob o domínio dos Merínidas, em 1386, os quais já haviam governado Ceuta noutras ocasiões. Durante este período, sobretudo após a derrota islâmica no Salado, em 1340, a intervenção de Castelhanos e Aragoneses torna-se mais presente e vigorosa, particularmente desde que os primeiros controlam, partir de 1343, Algeciras. Os Merínidas mostraram sempre grande interesse por Ceuta, procedendo ao reforço das suas fortificações, destacando-se a construção de uma fortaleza palatina, controlando a cidade e com conveniente comandamento sobre o Estreito, o Afrag ou al-Mansura (Fig.13), construção iniciada por Abu Said em 1328 e de que restam ainda numerosos vestígios<sup>78</sup>, tradicionalmente conhecidos como *Ceuta la Vieja*, ruínas bem representadas na gravura da obra de Bráunio, que parece figurar com razoável veracidade o aspecto de Ceuta no século XVI. Porém, pelos finais do século XIV a cidade e o porto de Ceuta dependem cada vez mais de uma dinâmica externa, em que os diferentes interesses europeus se manifestam abertamente, primeiro pela abertura do Estreito e logo pelo seu controlo directo.

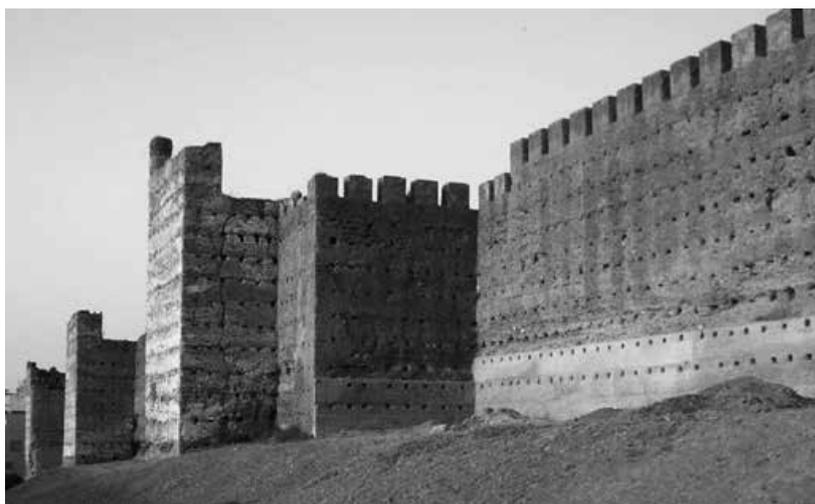


Fig.13 – Muralhas restauradas do complexo fortificado de al-Mansura, em Ceuta.

Apesar de todas as complicações provocadas pela dificuldade que a sociedade islâmica demonstra em aceitar um poder político centralizado regular, que fez *Sabta* oscilar periodicamente entre a tirania e a anarquia, a cidade tornou-se um empório comercial e intelectual de primeira importância, graças à sua situação privilegiada, poderosas fortificações e evidente capacidade naval, com frequência decisiva na salvaguarda dos seus interesses durante séculos<sup>79</sup>. Em Ceuta podemos distinguir duas funções essenciais, do ponto de vista económico: em primeiro lugar a de placa de comunicações marítimas

<sup>78</sup> M. Cherif, *Ceuta aux époques almohade et mérinide*, Paris, 1996; F. Villada Paredes / P. Gurriarán Daza (coords.), *al Mansura. La ciudad olvidada*, Ceuta, 2013.

<sup>79</sup> J. Derek Latham, “On the strategic position and defence of Ceuta in the later Muslim period”, in J. M. Barral (ed.), *Orientalia Hispanica*, 1, Leida, 1974, pp. 445-464.

entre a África e a Europa e entre o Mediterrâneo e o Atlântico; em segundo lugar a de terminal das grandes pistas terrestres do comércio com o interior africano<sup>80</sup>. O controlo das águas do Estreito, ou pelo menos a garantia da sua livre utilização, era fundamental para o em qualquer destas situações, sem esquecer os problemas de subsistência alimentar da cidade, muito dependentes do exterior.

A pesca manteve na época do domínio muçulmano relevante importância, sem esquecer a exploração de corais, destacando-se como espécies o atum, a cavala e o linguado<sup>81</sup>, peixe que na tradição islâmica local aparece relacionado com a fábula de Moisés. A navegação era normalmente limitada ao período estival<sup>82</sup>, destacando-se a navegação de alta e baixa cabotagem e a navegação de alto mar. Em todas elas Ceuta desempenhou funções de porto de escala e de entreposto onde se estabelecem gradualmente grandes armazéns relacionados com o comércio com os estados cristãos, substituindo-se Génova e Pisa, a partir do século XII, à Sicília<sup>83</sup>. O azeite do al-Andalus e os couros magrebins constituíam parte importante do movimento comercial de Ceuta, destinados sobretudo ao Oriente. Ao longo do século XIII a influência em Ceuta dos reinos peninsulares, nomeadamente Aragão e Castela, aumenta rapidamente, assim como a diplomacia pontifícia procura facilidades para os missionários franciscanos, nem sempre com bons resultados<sup>84</sup>. Sob os Merínidas, o consulado genovês em Ceuta controla todo o comércio desta república italiana com o al-Andalus, o que transmite uma ideia clara sobre o valor do porto de Ceuta<sup>85</sup>.

A navegação de longo curso contava, no Mediterrâneo, com duas rotas principais, uma ao longo da costa africana, em direcção à Tunísia e ao Egipto, outra mais a norte, eventualmente tocando a costa da Península Ibérica, seguindo depois a velha rota romana pelas Baleares e a Sardenha, rumo à costa italiana. Parte deste comércio era efectuado em navios cristãos ou possuídos em parceria, de que existem numerosas referências documentais<sup>86</sup>. Ceuta era igualmente um porto importante para os muçulmanos do al-Andalus ou de África desejosos de cumprir a peregrinação a Meca (*Hadj*), aproveitando a rota para Alexandria. Assim fez, por exemplo, Abu Hamid al-Garnati, que descreve a sua longa viagem, iniciada em 1115, ano em que se deteve em Ceuta, num livro repleto de notas do maior interesse, algumas referindo-se à cidade africana<sup>87</sup>, notas em parte de carácter maravilhoso, como a referência ao *Roc*, o grande pássaro fantástico que encon-

<sup>80</sup> Alessia Amato, “Ceuta islamica: incrocio marítimo tra Garb al-Andalus e Mediterraneo Orientale, Secoli VIII-XIII”, *VIII Jornadas de Historia de Ceuta. Barcos, Puertos y Navegación en la Historia de Ceuta*, Ceuta, 2008, pp. 257-271.

<sup>81</sup> E. Gozalbes Cravioto, “Navegacion y relaciones portuárias en la Ceuta antigua”, *VIII Jornadas de Historia de Ceuta. Barcos, Puertos y Navegación en la Historia de Ceuta*, Ceuta, 2008, pp. 237-255; F. Villada / Hita Ruiz, pp. 251-253.

<sup>82</sup> Lirola Delgado, pp. 338-342.

<sup>83</sup> Picard, 1997, pp. 50-51; Amato, pp. 264-268.

<sup>84</sup> F. Villada / Hita Ruiz, pp. 270-271.

<sup>85</sup> F. Villada / Hita Ruiz, p. 229.

<sup>86</sup> Derek Latham, p. 449.

<sup>87</sup> I. Bejarano Escanilla / L. Werner, “Abu Hamid Al-Garnatis World of Wonders”, *Aramco World*, 66 (2), 2015, pp. 36-39.

tramos também na história de Simbad, incluída na compilação conhecida como *As Mil e Uma Noites*<sup>88</sup>. O avanço da Reconquista prejudicou, naturalmente, este tipo de movimento, verificando-se, por outro lado, um acréscimo, nem sempre bem recebido, de refugiados muçulmanos e judeus.

O comércio terrestre, muitas vezes dificultado pela travessia de territórios sob controlos diversos, ligava Ceuta, por Fez e Sidjilmassa<sup>89</sup>, ao Mali e à curva do Níger, através do Saara (Fig. 14), com possibilidade de comunicação, a partir de Gao ao Sudão<sup>90</sup>. Uma caravana entre Ceuta e Tombuctu levaria, em condições normais, cerca de nove semanas para cobrir o percurso, o que implica para uma viagem de ida e volta uma duração não inferior a vinte semanas. O comércio africano encontra-se bem descrito pelo tangerino Ibn Batuta<sup>91</sup>, que escreveu por meados do século XIV, correspondendo os seus términos, *grosso modo*, aos limites geográficos considerados no mapa do ceutense al-Idrisi. Este movimento comercial procurava em primeiro lugar ouro, escravos, peles e marfim, conduzindo para sul cobre, cereais, sal e artigos manufacturados. Ceuta sofrerá as consequências de uma grande instabilidade política ao longo da segunda metade do século XIV, quando os Merínidas se eclipsam e se realinham as políticas pelo controlo do Estreito de Gibraltar. Cabe aqui perguntar onde se encontrava a frota de Ceuta em 1415, se ainda existia, uma vez que não se registou nenhuma oposição naval à armada portuguesa.



<sup>88</sup> U. Marzolph / R. van Leeuwen / H. Wassouf, *The Arabian Nights Encyclopedia*, 1, Santa Barbara, 2004, pp. 703-704.

<sup>89</sup> R. Messier / A. Fili, “La ville caravanière de Sijilmassa: du mythe historique à la réalité archéologique”, in A. Silva / V. Enamorado (dirs.), *La Ciudad en al-Andalus y el Magreb*, Granada, 2002, pp. 501-510.

<sup>90</sup> Attilio Gaudio, “Les civilisations du Sahara”, Verviers, 1967: 182-210; R. Botte, “Les réseaux transsahariens de la traite de l’or et des esclaves au Haut Moyen Âge: VIII<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup>”, *L’Année du Maghreb*, 7, 2011, pp. 27-59.

<sup>91</sup> Ibn Batuta, *Travels in Asia and Africa 1325-1354*, (trad. H. A. Gibb), Londres, 2005, pp. 317-339.

Fig.14 – O Magrebe e as principais rotas saarianas do comércio medieval islâmico.

Os progressos da arqueologia medieval em Ceuta verificados nas últimas décadas permitem hoje ter uma ideia mais precisa do que foi a cidade antes da conquista portuguesa, embora não se tenham mantido vestígios monumentais em número significativo<sup>92</sup>, sobretudo devido às alterações urbanísticas sofridas durante seis séculos, parte das quais relacionadas com o carácter essencialmente militar da cidade. É de lamentar, por exemplo, a destruição em 1891 das ruínas da Madraça al-Yadida, escola corânica de boa arquitectura, símbolo da vida cultural de Ceuta, ainda que não rivalizasse com a mais liberal Madraça al-Sarriyya, fundada em 1238, que contava com uma biblioteca de 40 000 volumes<sup>93</sup>. Embora não seja fácil determinar a população de Ceuta, calculada talvez por excesso em cerca de 30 000 pessoas, contando população flutuante própria de um centro portuário e comercial, possuímos algumas descrições da cidade, destacando-se as de al-Idrisi, al-Bakri e al-Ansari<sup>94</sup>, as quais, descontando as fantasias e os exageros habituais, permitem fazer uma ideia do valor real da Ceuta islâmica, o qual não escapou à perspicácia dos dirigentes portugueses, ainda que nos possamos questionar sobre quais eram, efectivamente, os objectivos de uma tão custosa empresa como foi a conquista e a manutenção da cidade, onde, na gravura de Bráunio, se vêem vastas áreas arruinadas.

A expedição a Ceuta levanta problemas complicados, sobretudo se considerarmos que se colocou a possibilidade de abandonar a cidade atendendo às dificuldades que a sua manutenção implicava. A tese defensora do valor de Ceuta como grande centro comercial e abastecedor de cereais de que Portugal era deficitário não resiste a uma análise realista, mesmo superficial, pois, como é lógico, o tráfico que por ali se fazia foi desviado para outros portos magrebinos, aparentemente não marroquinos, se tivermos em conta o falhanço das tentativas de reactivação dos portos de Arzila e Larache<sup>95</sup>. Ceuta terminou por se transformar num presídio cercado, permanentemente mantido do exterior e obrigando a repetir feitos sobre feitos para a sua conservação. Não esqueçamos, porém, o valor do corso, uma importante fonte de rendimentos para a Coroa e para os particulares que o exerciam, obrigando a considerá-lo, na verdade, como uma das principais razões económicas da sustentação das praças em Marrocos<sup>96</sup>, para além dos efeitos positivos na defesa afastada da costa portuguesa, dificultando os assaltos perpetrados pelos navios

<sup>92</sup> Vallvé Bermejo, “Descripción de Ceuta muçulmana en el siglo XV”, *Al-Andalus*, 25, 1962, pp. 398-442; F. Villada Paredes, “Ceuta en vísperas de la conquista portuguesa”, in C. Guardado da Silva (coord.), *A conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras, Torres Vedras*, 2015, pp. 65-96.

<sup>93</sup> V. Martínez Enamorado, “Las madrasas de Ceuta”, in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, 2009, pp. 298-299.

<sup>94</sup> Al-Idrisi, pp. 199-201; Al-Bakri, pp. 234-238; Al-Ansari, “Ijtsar al-Ajbar. Une description de Ceuta musulmane au XV<sup>e</sup> siècle (trad. E. Lévi-Provençal)”, *Hespéris*, 12, 1931, pp. 145-176.

<sup>95</sup> R. Ricard, *Contribution a l'étude du commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)*, 3, Argel, 1937, pp. 53-73.

<sup>96</sup> G. Gozalbes Busto, “Aspectos del corso en el Estrecho de Gibraltar (primer siglo de la Ceuta portuguesa)”, *I Congreso Internacional el Estrecho de Gibraltar*, 2, 1988, pp. 297-308; “Un episodio de corsarismo português contra una aldea nazarí de Marbella en el siglo XV”, *Isla de Arriarán. Revista Cultural y Científica*, 13, 1999, pp. 7-20.

mouriscos e otomanos, estes a partir do século XVI, e complicando significativamente a sempre agitada vida política marroquina<sup>97</sup>.

Numa época em que surgia a Espanha moderna e se preparava o final da Reconquista, o controlo de Ceuta constituiu uma inegável mais-valia diplomática e estratégica para Portugal e um símbolo de triunfo, no ponto de encontro do antigo mundo mediterrânico e do novo mundo atlântico, ponto de partida para ir mais além na expansão africana, orgulhosamente ostentada na titulatura real portuguesa depois de 1471: *Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África*. Na nova geoestratégia do Estreito, Ceuta e depois Gibraltar passam a ser, mais que chaves do Mediterrâneo, portais do Atlântico face à poderosa ameaça otomana (Fig.15). Esta dinâmica de *Open Gate / Closed Gate* persiste nos nossos dias, para além de tudo o que se possa dizer sobre a evolução da guerra convencional<sup>98</sup>, conferindo a Ceuta um redobrado valor simbólico e estratégico na sua relação com o Estreito de Gibraltar.

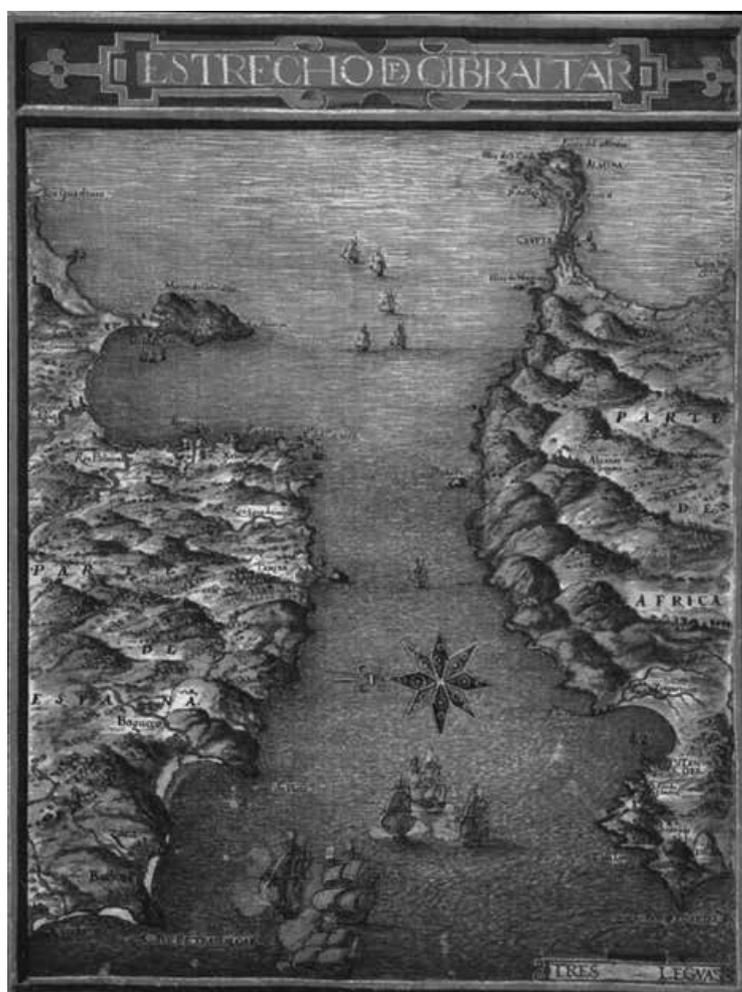


Fig.15 – O Estreito no *Atlas* de Pedro Teixeira (Österreichische Nationalbibliothek, Viena).

<sup>97</sup> Othmane Mansouri, “La prise de Ceuta et ses conséquences pour l’histoire du Maroc”, in C. Guardado da Silva (coord.), *A Conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras*, Torres Vedras, 2015, pp. 115-122.

<sup>98</sup> A. Guillerm, *La marine de guerre moderne (1915-2015)*, Paris, 1996, pp. 104-107.

Cenário de representação de poderes e contrapoderes, onde se confrontam diariamente interesses do mundo que se diz global, ali permanece a memória de impérios do passado, mantida como vitrina de uma história triunfal, enquanto os que sentem negativamente essa mesma história procuram anular os seus vestígios políticos, o que nem sempre é garantia de futuro, atendendo aos ensinamentos da visão biológica das sociedades e da história, tão clara em Ibn Khaldun<sup>99</sup>. Ceuta contemporânea não deixa de suscitar sentimentos contraditórios à visão portuguesa do passado, como símbolo do que foi e já não é, embora permaneça, algo onde sobreviveu, de alguma forma, a monarquia dualista. Sempre houve e haverá interesses divergentes no Estreito, onde se encontram e defrontam as expressões mais ocidentais de duas culturas, cujo entendimento, por demais desejado e conveniente, parece difícil no imediato. Terminamos lembrando o que al-Garnati escreveu acerca das maçãs da região de Sintra, que permitiriam a quem as comesse distinguir entre o possível e o impossível<sup>100</sup>, fenómeno que, neste momento, apenas nos confirmaria que o real poder no Estreito é alheio aos que habitam as suas margens (Fig.16), como tantas vezes sucedeu no espaço temporal entre os miríficos feitos de Hércules e os sofridos feitos lusitanos<sup>101</sup>.



Fig.16 – O porta-aviões *USS Harry S. Truman* navega ao largo do Jebel Musa (foto USN).

<sup>99</sup> Gautier, pp. 113-120.

<sup>100</sup> Bejarano Escanilla / L. Werner, p. 37.

<sup>101</sup> Agradecemos cordialmente ao Dr. Villada Paredes as informações que nos facultou e ao Dr. Luís Madeira (FLUC) a preparação das figuras desta comunicação.